



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Plenário "Papa João Paulo II"

Comissão de Justiça e Redação

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de contas

Projeto de Lei nº 157/2025

Proponente: Prefeito Municipal Wanderson Borghardt Bueno

Relator: Vereador Waldeir Pedro Gonçalves

Projeto de Lei nº 157/2025, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito e dá outras providências. Constitucionalidade. Legalidade.

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 157/2025, de autoria do Prefeito Municipal Wanderson Borghardt Bueno, protocolado sob o nº 2855/2025 em 16 de dezembro de 2025, às 15h23min, vinculado ao processo nº 2850/2025.

A proposição tem por objeto autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), com ou sem garantia da União, destinado à execução de obras estruturantes e investimentos estratégicos nas áreas de desenvolvimento econômico, turismo e infraestrutura, além de contrapartidas de convênios e aquisição de máquinas e caminhões, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O projeto foi encaminhado à Câmara Municipal por meio do Ofício/PMV/SEM-GOV nº 257/2025, acompanhado de mensagem justificativa que ressalta o interesse público na medida, destacando o caráter estratégico para o crescimento econômico do município e solicitando tramitação em regime de urgência especial, nos termos dos arts. 154 a 159 do Regimento Interno.

Nos despachos eletrônicos subsequentes a proposição foi protocolada e analisada pela Secretaria Legislativa, que certificou inexistência de proposição semelhante. A Presidência conheceu a matéria e determinou sua inclusão no expediente para leitura em plenário.

Eis o relatório.





2. VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Viana, compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas opinar sobre proposições que envolvam matéria orçamentária, financeira e tributária, incluindo operações de crédito e alterações que impactem o equilíbrio fiscal do Município.

O Projeto de Lei nº 118/2025, de iniciativa do Poder Executivo, autoriza este Poder a contratar operação de crédito, com ou sem garantia da União, até o valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Os recursos destinam-se à execução de obras estruturantes e investimentos estratégicos em áreas como desenvolvimento econômico, turismo e infraestrutura, além de contrapartidas de convênios e aquisição de máquinas e caminhões.

Na mensagem que acompanha o projeto, o Chefe do Executivo ressalta que a medida é essencial para viabilizar o crescimento e o desenvolvimento econômico de Viana, consolidando o município como "Capital Estadual da Logística". Destaca ainda que a operação de crédito permitirá a realização de obras estruturantes e investimentos estratégicos, com impacto positivo na geração de emprego e renda, e solicita tramitação em regime de urgência especial.

Em avaliação preliminar, este relator verifica que a proposição encontra respaldo constitucional no art. 30, I da CF, que confere competência ao Município para legislar sobre interesse local. No plano orçamentário e financeiro, no art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que disciplina a contratação de operações de crédito, exigindo previsão orçamentária e observância dos limites de endividamento. No plano formal, verifica que a iniciativa é privativa do Prefeito, conforme art. 61, §1º, II, "b" da CF, e art. 60, IV da Lei Orgânica Municipal, e foi devidamente respeitada. O projeto também prevê: vinculação de garantias (ICMS, FPM e receitas tributárias), em conformidade com o art. 167 da CF; proibição de aplicação dos recursos em despesas correntes, conforme §1º do art. 35 da LRF; consignação das receitas e despesas nos orçamentos anuais e créditos adicionais, garantindo transparência e controle fiscal.

Instada a se manifestar, a Procuradoria desta Casa opinou pela conformidade da proposição com o art. 167, III, da Constituição Federal, que trata da vinculação de receitas para garantia de operações de crédito. Em sua análise, concluiu pela





CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Plenário "Papa João Paulo II"

Comissão de Justiça e Redação

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de contas

legalidade, constitucionalidade e adequação técnica legislativa da matéria, ressaltando que se trata de projeto autorizativo, ou seja, confere ao Poder Executivo a faculdade de contratar a operação de crédito, sem impor obrigação imediata, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação correlata.

O relator concorda integralmente com os fundamentos apresentados pela Procuradoria. Reconhece que o projeto é autorizativo, conferindo ao Executivo a prerrogativa de avaliar a conveniência e oportunidade da contratação da operação de crédito, observados os requisitos legais e constitucionais. Ressalta-se que a proposição está em conformidade com o art. 167, III, da CF, bem como com os arts. 32 e 35 da Lei Complementar nº 101/2000, garantindo que os recursos sejam destinados exclusivamente a investimentos e não a despesas correntes.

Assim, os entendimentos da Procuradoria e do relator convergem quanto à constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e mérito da proposição.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 157/2025**, por sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito, no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Viana/ES, 17 de dezembro de 2025.

WALDEIR PEDRO GONÇALVES

Vereador – Relator

